

Mulheres angolanas reclamam direito de maternidade à IURD

Notícias Internacionais, 17.03.2020, Pág. 28, Ed. 30.935

DEZENAS de mulheres e esposas de pastores angolanos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que dizem ter sido forçados a fazer vasectomia, mostram a sua indignação em Luan-da contra esta prática e exigem mudanças na liderança da instituição em Angola.

Numa marcha de um quilómetro, no sábado, as mulheres exibiram cartazes onde se podia ler “Não à vasectomia, que é um direito constituir família”.

As mulheres gritaram palavras de ordem, leram uma moção de solidariedade às esposas e pastores da IURD, na qual apelaram a todas as organizações de mulheres em Angola, deputadas e organizações nacionais e internacionais que defendem os Direitos Humanos, em particular o das mulheres, para não ficarem alheios à causa.

“Instamos as instituições de direito, a comunidade internacional, em especial ao nosso Presidente João Manuel Gonçalves

Lourenço, que se faça justiça”, refere a moção.

Em declarações à Agência Lusa, Nádia Monteiro, membro da igreja, recordou que já existe uma queixa-crime sobre os actos que denunciaram.

“Na igreja é obrigatório (a vasectomia) para os homens, anulando assim o sonho da mulher de ser mãe”, disse.

Jorge Francisco, membro da IURD, contou que há relatos comprovados de que mulheres de pastores são impedidas de ter gravidez saudável e, em alguns casos, a gestação tem sido interrompida, por pressão psicológica.

Instado a comentar o motivo que leva os pastores a aceitarem submeter-se ao procedimento de vasectomia, Jorge Francisco explicou que existe uma doutrina e todo um preparo antes de se tornar pastor, que leva a esta situação.

As divergências em Angola no seio desta denominação re-

ligiosa vêm desde Novembro do ano passado, quando um grupo de bispos e pastores da IURD anunciaram o rompimento total com a liderança brasileira, guiada por Edir Macedo.

Jorge Francisco disse que o objectivo não é criar uma nova universal, mas “banir-se todas as práticas nocivas que têm tido lugar na IURD em Angola”.

Num comunicado, subscrito por mais de 300 bispos e pastores angolanos, são denunciadas as práticas obrigatórias de esterilização masculina, e crimes como a evasão de divisas e venda do património da igreja.

Face às denúncias, a Procuradoria-Geral da República de Angola abriu um processo-crime que se encontra ainda em fase de investigação.

No Brasil, existem 150 acções contra a prática de vasectomia por parte da IURD.

A instituição tem sempre recusado estar a impor essa prática aos seus pastores. -(LUSA)